



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

SELEÇÃO DE ESTÁGIO

2019

INSTRUÇÕES:

- 1. Não será permitida a utilização, no local das provas, de armas, nem de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, receptor, gravador etc).**
- 2. Terá a prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que: a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização; b) For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova; c) Utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou pagers, ou que se comunicar com outro candidato; d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos membros da comissão, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos; e) Recusar-se a entregar o material de prova ao término do tempo; f) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal e g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.**
- 3. A prova terá duração de três horas (14:00 às 17:00).**
- 4. O candidato apenas poderá levar o caderno de provas a partir das 16:30.**

**DIREITO CIVIL E
DIREITO EMPRESARIAL**

1. Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) As condições ilícitas ou de fazer coisa ilícita invalidam o negócio jurídico.
- b) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- c) O erro de cálculo enseja a nulidade do negócio jurídico.
- d) O termo incerto é o evento futuro e certo, mas sem data especificada para a sua ocorrência.
- e) A ação pauliana não se confunde com a ação publiciana.

2. Sobre a classificação dos bens no Código Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Um bem consumível juridicamente é aquele destinado à alienação.
- b) O Código Civil, expressamente, define o que se pode entender por bens corpóreos e incorpóreos.
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais.
- d) O Código Civil admite a figura dos bens móveis por antecipação.
- e) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.

3) Acerca da hipoteca, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipoteca, é vedado o pacto comissório.
- b) Aeronaves não podem ser objeto de hipoteca.
- c) O proprietário não poderá alienar o bem hipotecado.
- d) A hipoteca não se extinguirá pela remição.
- e) O Código Civil veda a hipoteca de segundo grau.

4) Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade anônima pode utilizar firma ou denominação.
- b) A sociedade anônima de capital aberto não poderá emitir debêntures.
- c) O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas à restrição no exercício desse direito pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.
- d) A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para formação de reserva para resgate, se houver, não ultrapassará 0,1 (um décimo) dos lucros.
- e) As ações ordinárias de sociedades anônimas de capital fechado não podem ser divididas em classes.

5) Assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com a doutrina majoritária, o estabelecimento empresarial é considerado uma universalidade de fato.
- b) A sociedade anônima, independente do seu objeto, será considerada sociedade empresária.
- c) O empresário individual não poderá contar com o apoio de colaboradores.
- d) O nome empresarial é regido pelos princípios da novidade e veracidade.
- e) A teoria da empresa foi incorporada ao Código Civil de 2002.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6) Sobre o Poder Constituinte é correto afirmar que:

- a) Poder constituinte originário é o nome que se atribui ao poder jurídico de alterar normas constantes do texto constitucional, observados limites previamente definidos.
- b) Poder constituinte derivado ou reformador é o poder conferido aos Estados, Distrito Federal e Município de elaborarem suas próprias Constituições e, no caso dos Municípios e Distrito Federal, de elaborarem suas respectivas leis orgânicas.
- c) O poder constituinte decorrente não deve, necessariamente, obedecer os limites impostos pelo poder constituinte originário.
- d) O poder constituinte originário é um poder essencialmente político, capaz de produzir uma Constituição totalmente nova, refletindo novas opções políticas.
- e) A Constituição Federal não impede a deliberação, pelas casas legislativas, de proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir o voto direto e secreto.

7) Uma das classificações mais comuns das constituições diz respeito à estabilidade do texto constitucional. Neste sentido, julgue os itens a seguir:

I – Constituições rígidas são aquelas cujo texto somente pode ser alterado mediante procedimento legislativo mais rigoroso (mais exigente) do que aquele estabelecido para a alteração da legislação ordinária.

II – Constituições flexíveis são aquelas cujo texto pode ser alterado pela legislatura ordinária, mediante procedimento idêntico àquele utilizado para a alteração das leis ordinárias.

III – A Constituição da República Federativa do Brasil é um claro exemplo de constituição semirrígida, na medida em que apenas parte de seu texto está submetido a um procedimento legislativo de alteração mais rigoroso.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas o item II está correto.

8) Sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal assegura:

- a) A livre manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) O direito de resposta, proporcional ao agravo, o qual não pode ser acumulado com eventual indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) A liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida, inclusive, a de caráter paramilitar.
- d) Aos presos, o respeito à integridade física, mas não a moral.
- e) Aos litigantes, tão somente em processos judiciais, o direito ao contraditório e ampla defesa.

9) A respeito dos direitos sociais estabelecidos no texto constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Dentre os direitos sociais expressamente assegurados pela Constituição estão a educação, a saúde, a previdência social, a segurança e a alimentação.
- b) O texto constitucional assegura descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- c) A Constituição Federal prevê que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno.
- d) A Constituição Federal assegura a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- e) O texto constitucional permite a diferenciação de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

10) Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Lei estadual que regula matéria sujeita à competência legislativa privativa da União incorre em vício de inconstitucionalidade material.
- b) O Brasil adota um modelo de controle de constitucionalidade que somente admite mecanismos de controle abstrato e concentrado. Assim, os juízes de primeiro grau, por exemplo, não podem exercer o controle de constitucionalidade de forma difusa, em caráter prejudicial ao exame do mérito de um determinado litígio.
- c) Uma lei ordinária, devidamente aprovada

e publicada, cuja iniciativa se deu numa das casas legislativas, mas que discipline matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, incorre em vício de inconstitucionalidade formal.

d) A Constituição Federal determina que, quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, o Advogado-Geral da União deve ser previamente citado, não havendo qualquer obrigação de defesa do ato ou texto normativo.

e) De acordo com o texto expresso da Constituição, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal.

11) A respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

b) No âmbito da competência legislativa privativa da União, os Estados não podem legislar sobre questões específicas, ainda que autorizados por lei complementar.

c) Os Estados Federados possuem a chamada competência residual, sendo a eles reservadas todas as competências que não sejam vedadas pela Constituição.

d) A União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre direito penal e civil.

e) No âmbito da competência legislativa concorrente estabelecida no texto constitucional, a competência da União não se limita ao estabelecimento de normas gerais.

12) A Constituição Federal possui capítulo específico destinado à Administração Pública. Neste sentido, é correto afirmar:

a) São princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, e expressamente previstos no texto constitucional, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade, a moralidade, a eficiência, a proporcionalidade, a razoabilidade e a segurança jurídica.

b) A Constituição Federal prevê que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

c) O acesso a cargos, empregos e funções públicas é assegurado exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, em obediência ao princípio da soberania nacional.

d) O texto constitucional prevê que a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sem estabelecer qualquer tipo de exceção.

e) De acordo com a Constituição Brasileira, os chamados cargos em comissão são de livre nomeação, todavia eventual exoneração depende de prévio processo administrativo contendo o motivo do ato.

13) De acordo determinações contidas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Senado Federal é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional e para mandato de oito anos.
- b) Os Deputados e Senadores são invioláveis civilmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Todavia, eles não gozam dessa prerrogativa em relação às infrações penais.
- c) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) A Constituição Federal não permite que um Deputado ou Senador ocupe cargo ou função demissível “ad nutum”, inclusive os cargos de Ministro e Secretário de Estado.
- e) De acordo com o texto constitucional, a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

14) Acerca do Poder Judiciário e de seus órgãos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Supremo Tribunal Federal é o órgão do Poder Judiciário encarregado da guarda da Constituição.

- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originariamente, as ações diretas de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais, bem como a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- c) O Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, poderá editar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública de todos os entes federativos.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais dos Estados, quando a decisão for concessiva da segurança.
- e) A competência dos tribunais estaduais será definida na Constituição do respectivo Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

15) A respeito das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

I – São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

II – Os Procuradores do Estado e do Distrito Federal exercem, com exclusividade, a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federativas. Além disso, a Constituição assegura às procuradorias estaduais autonomia administrativa e financeira, assim como iniciativa de sua proposta orçamentária.

III – Os membros do Ministério Público, da



Defensoria Pública e das Procuradorias Estaduais e do Distrito Federal gozam da garantia da inamovibilidade, de acordo com a Constituição Federal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os itens II e III estão incorretos.
- b) Apenas o item I está incorreto.
- c) Os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Os itens I e III estão corretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16) Em relação ao regime jurídico estatutário, pode-se afirmar que:

- a) cabe à cada entidade federativa definir, por intermédio de lei, seu próprio estatuto, não havendo qualquer vinculação entre os estatutos federal, estaduais e municipais.
- b) todos servidores estatutários se sujeitam ao estágio probatório.
- c) todos os servidores estatutários serão ocupantes de cargo de provimento efetivo, devendo, assim, ser admitidos por concurso público.
- d) em caso de demissão, os servidores estatutários têm direito ao FGTS.
- e) quando uma entidade federativa cria por lei um estatuto, este passa a alcançar tanto os ocupantes de cargos públicos, como de empregos públicos.

17 - Nos termos da Lei Estadual n. 5247/91, que define o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas:

- a) A nomeação é uma das formas derivadas de provimento dos cargos públicos.
- b) A incorrência oportuna da posse determinará a invalidação do ato de provimento.
- c) Readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- d) A reversão, que é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado,

ou no cargo resultante de sua transformação, tanto ocorre a partir da invalidação da demissão por decisão administrativa ou por decisão judicial.

e) além dos requisitos básicos para ingresso no serviço público previstos na Lei Estadual n. 5247/91, a natureza das atribuições de cargo determinado pode justificar a exigência de outros requisitos específicos, desde que estabelecidos em lei.

18 - Sobre os atributos dos administrativos, pode-se afirmar que:

a) a presunção de legalidade de um ato administrativo somente pode ser afastada por decisão da própria Administração ou do Poder Judiciário, a partir da revogação do ato.

b) a presunção de veracidade dos fatos declarados pela Administração Pública é de natureza relativa.

c) eles são restrições impostas por lei à Administração Pública.

d) a autoexecutoriedade significa que os atos administrativos são impostos a todos independentemente da vontade do destinatário.

e) quando a Administração Pública impõe um ato administrativo sem que precise requerer a autorização do Poder Judiciário, o atributo em questão é a imperatividade.

19 - No tocante à prestação dos serviços públicos, é possível afirmar que:

a) todos os serviços públicos podem ser delegados aos particulares.

b) a concessão de serviço público dispensa a realização de licitação prévia.

c) nos serviços públicos individuais, o prestador do serviço é remunerado pela cobrança de impostos.

d) em nenhuma hipótese os serviços públicos poderão ter sua prestação interrompida.

e) além da exploração de atividades econômicas, outra atividade que as empresas estatais podem realizar é a prestação de serviços públicos.

20 - Sobre as desapropriações no ordenamento jurídico brasileiro, pode-se afirmar que:

a) não havendo acordo na fase administrativa quanto ao preço, caberá ao proprietário propor a ação judicial de desapropriação.

b) a indenização sempre será justa, prévia e em dinheiro.

c) a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária pode ser realizada por todos os entes federativos.

d) o decreto de utilidade pública caduca em cinco anos.

e) não é possível haver a desapropriação de bens públicos.

21 - Em relação às licitações, é possível afirmar que:

a) todas as modalidades de licitação estão previstas na Lei 8666/93.

b) os tipos de licitação representam os crité-

rios de julgamento adotado no certame.

c) as hipóteses de dispensa de licitação estão previstas em lei de forma exemplificativa.

d) somente os licitantes que participarão da licitação têm legitimidade para impugnar os termos do instrumento convocatório.

e) na modalidade convite, o instrumento convocatório deve ser publicado no diário oficial e em jornal de grande circulação local.

22 - Quanto aos bens públicos, pode-se afirmar que:

a) as escolas públicas e os hospitais públicos são bens de uso comum.

b) a inalienabilidade dos bens públicos é de caráter relativo, uma vez que, cumpridas todas as exigências do ordenamento jurídico, é possível haver a alienação de bens públicos.

c) nos termos do Código Civil, são bens públicos todos aqueles que pertencem à Administração Pública direta e indireta.

d) a imprescritibilidade impede a penhora judicial dos bens públicos.

e) as praias marítimas são bens públicos estaduais.

23 - Em relação à organização da Administração Pública, é possível afirmar que:

a) as autarquias são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

b) os órgãos públicos são dotados de perso-

nalidade jurídica.

c) as empresas públicas não contam com a participação de capital privado.

d) as agências reguladoras têm sido criadas no Brasil como espécies de empresas estatais.

e) todas as entidades da Administração Indireta são criadas por autorização de lei específica.

24 - No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado, é possível afirmar que:

a) a Constituição Federal estabelece que as empresas estatais que exploram atividade econômica devem responder da mesma forma que as entidades da Administração Direta.

b) com regra, adota-se no Brasil a teoria da responsabilidade objetiva, na vertente do risco integral.

c) o Estado responde pelos atos praticados por seus agentes, estejam estes ou não no exercício de função pública quando realizaram os atos que causaram danos às vítimas.

d) a responsabilidade objetiva prevista na Constituição alcança as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público.

e) caso o Estado seja condenado a indenizar uma vítima, ele terá que ingressar com ação regressiva contra o servidor que cometeu o ato, tenha ele agido com ou sem culpa.

25 - Quanto às características dos contra-

tos administrativos, pode-se afirmar que:

- a) possuem cláusulas exorbitantes, que podem ser utilizadas por ambas as partes contratantes.
- b) em todas as hipóteses, devem ser precedidos de licitação.
- c) devem ser publicados na imprensa oficial para que sejam válidos.
- d) podem ser celebrados por prazo indeterminado.
- e) podem ser rescindidos unilateralmente pela Administração Pública, nas hipóteses previstas na legislação, inclusive por razões de interesse público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 – Acerca das normas fundamentais do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa incorreta:

- a) O CPC/15 instituiu um modelo cooperativo de processo, o qual pressupõe a colaboração de todos os sujeitos processuais para que seja prolatada uma decisão de mérito justa e efetiva.
- b) O CPC/15 estimulou a utilização de outros meios adequados de solução de conflitos, tais como a arbitragem, a mediação e a conciliação, com o objetivo central de desafogar o Poder Judiciário.
- c) O contraditório substancial, nos termos do que dispõe o CPC/15, não impede a prolação de decisões de terceira via.
- d) A primazia do julgamento de mérito é um dos vetores fundamentais do CPC/15.
- e) A boa-fé objetiva, enquanto modelo comportamental a ser adotado pelas partes no processo, proíbe o chamado venire contra factum proprium.

27 – Quanto ao direito intertemporal, no CPC/15 e à aplicação das normas processuais, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Processo Civil de 2015 adotou integralmente a teoria do isolamento dos atos processuais, de tal modo que não existe aplicação, por exemplo, do sistema de fases processuais.
- b) As execuções contra devedor insolvente,



até a edição de lei específica, continuam regidas pelo CPC/73.

c) As disposições de direito probatório adotadas no CPC/15 não se aplicam às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência.

d) O CPC/15 não pode ser aplicado de forma supletiva e subsidiária ao Direito do Trabalho, tendo em vista as peculiaridades atinentes ao processo laboral.

e) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica aos processos de competência dos juizados especiais.

28 – No que pertine à intervenção de terceiros no processo civil, assinale a alternativa incorreta:

a) O amicus curiae não poderá recorrer da decisão que julga o incidente de resolução de demandas repetitivas.

b) A oposição, no CPC/15, não mais figura como modalidade de intervenção de terceiros.

c) O CPC/15 admite uma única denunciação sucessiva.

d) Quando alegar exceptio male gestis processus, o assistente simples poderá discutir a justiça da decisão.

e) No chamamento ao processo, a sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou, de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar.

29 – Sobre os honorários advocatícios, no CPC/15, assinale a alternativa incorreta:

a) O Código de Processo Civil de 2015, de forma inovadora, previu a possibilidade de fixação dos chamados “honorários recursais”.

b) Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.

c) Sempre serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório.

d) Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa.

e) Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 12 (doze) prestações vincendas.

30 – De acordo com o CPC/15, assinale a alternativa correta, no que diz respeito aos prazos processuais:

a) Se um prazo for fixado em meses, devem ser computados apenas os dias úteis.

b) Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.

c) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o prazo para pagamento em 15 dias

no cumprimento de sentença deve ser computado em dias corridos.

d) Mesmo que se trate de processo eletrônico, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

e) O juiz, em nenhuma hipótese, poderá dilatar prazos processuais.

31 – Acerca do procedimento comum, assinale a alternativa incorreta:

a) Um dos requisitos da petição inicial é indicação da opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação.

b) Quando da determinação de emenda da petição inicial, o juiz deverá indicar com precisão o que necessita ser corrigido ou complementado.

c) As partes não poderão firmar negócio jurídico processual para a escolha do perito.

d) O Código de Processo Civil de 2015 permite a chamada “reconvenção subjetivamente ampliada”.

e) É admitido o julgamento antecipado parcial de mérito.

32 – Acerca da fase de liquidação de sentença, assinale a alternativa correta:

a) Deve-se realizar a liquidação pelo procedimento comum, quando houver necessida-

de de alegar e provar fato novo.

b) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso.

c) A parte não poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito.

d) De acordo com a doutrina majoritária, cabe apelação da decisão que julga a liquidação.

e) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de liquidação de sentença.

33 – Quanto ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, assinale a alternativa incorreta:

a) De acordo com recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o IRDR não poderá ser instaurado em Tribunais Superiores.

b) O acórdão proferido em sede de IRDR é considerado precedente obrigatório, de acordo com o CPC/15.

c) Cabe Recurso Extraordinário e/ou Recurso Especial da decisão que julga o IRDR.

d) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

e) O conteúdo do acórdão não abrangerá, necessariamente, a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

34 – Acerca dos Recursos, no CPC/15, assinale a alternativa correta:

- a) Por via de precedente obrigatório, o Superior Tribunal de Justiça adotou a tese de que o rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento (art. 1.015, do CPC/15) é de taxatividade mitigada.
- b) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, são cobertas pela preclusão.
- c) Em nenhuma hipótese, o órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno.
- d) Não cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial.
- e) Não cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, mesmo que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

35 – Quanto ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- b) Na impugnação ao cumprimento de sentença a Fazenda Pública pode arguir qual-

quer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.

c) Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito da Fazenda Pública será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

d) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

e) Tratando-se de impugnação parcial ao cumprimento de sentença, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

36 - De acordo com a Constituição Federal, analise as alternativas a seguir e marque a que prevê somente impostos estaduais:

- a) IPTU, IPVA e ISS
- b) IPVA, ICMS e ITCMD
- c) ICMS, IPI e ISS
- d) IR, IPVA e ITBI
- e) ITBI, ICMS e IPVA

37 - A Constituição Federal prevê que União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão instituir tributo em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Trata-se de:

- a) Taxa
- b) Imposto
- c) Contribuição de melhoria
- d) Empréstimo compulsório
- e) Preço público

38 - Os princípios constitucionais tributários representam importante limitação ao poder de tributar. Nesse sentido, marque a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo pode criar tributo através de decreto.
- b) É possível utilizar tributo com efeito con-

fiscatório, na hipótese de contribuintes muito ricos.

c) O Presidente da República pode aumentar o valor dos impostos, independentemente de autorização do Congresso Nacional.

d) Só é possível a cobrança de tributo em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que o houver instituído ou aumentado.

e) É possível a criação de imposto pela entrada de pessoa no território do Estado.

39 - Assinale a alternativa incorreta quanto à obrigação tributária:

- a) A obrigação tributária é principal ou acessória
- b) A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- c) O descumprimento da obrigação principal implica em sua conversão em obrigação acessória.
- d) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- e) A obrigação tributária principal só pode ser criada através de lei.

40 - A respeito do Sistema Tributário Nacional assinale a alternativa correta:

- a) Os Estados podem instituir contribuição para o custeio da iluminação pública.

b) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

c) Empréstimos Compulsórios só podem ser instituídos pela União.

d) A Contribuição de Melhoria é tributo destinado a custear a melhoria de serviços públicos de saúde e educação.

e) O município de Maceió pode cobrar IPTU dos imóveis de propriedade do Estado de Alagoas.

41 - A respeito do crédito tributário assinala a alternativa correta:

a) Qualquer servidor público pode constituir o crédito tributário.

b) O crédito tributário é constituído pelo lançamento.

c) Após a constituição do crédito tributário não é possível a sua alteração.

d) O lançamento é um ato discricionário da Administração Pública.

e) O crédito tributário constituído pode ser alterado na hipótese de superveniência de lei que reduza o valor do tributo.

42 - A definição de tributo consta do art. 3º do Código Tributário Nacional. Assinale a alternativa que apresenta característica que não consta da definição legal:

a) Prestação pecuniária

b) Compulsória.

c) Constitua sanção por ato ilícito.

d) Instituída em lei.

e) Cobrada mediante atividade administrativa vinculada.

43 - Analise as afirmações a seguir:

I. As entidades que gozam de imunidade podem ser objeto de fiscalização pela Administração Tributária.

II. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

III. A Fazenda Pública pode divulgar informações relativas a inscrições em dívida ativa, não estando a matéria sujeita a sigilo fiscal.

Estão corretas as assertivas:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) I

e) I, II e III.

44 - A respeito dos estágios das despesas públicas, marque a alternativa correta:

a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

b) É possível a realização de despesa sem prévio empenho.

c) A liquidação da despesa é o despacho examinado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

d) Após o pagamento será expedida a nota de empenho.

e) A nota de empenho é sempre obrigatória.

45 - Assinale a alternativa correta sobre as leis orçamentárias:

a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

b) A lei de diretrizes orçamentárias valerá por quatro exercícios financeiros.

c) A lei orçamentária pode conceder créditos ilimitados.

d) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual serão apreciados exclusivamente pelo Senado Federal, sem a participação da Câmara dos Deputados.

e) A lei orçamentária anual, além de prever receitas e despesas, poderá contemplar outras matérias relevantes para o interesse público.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

46 - Sobre o trabalho intermitente, assinale a alternativa correta:

a) O trabalhador poderá ser pago por período trabalhado, recebendo em diárias, não sendo admitido o pagamento por horas.

b) O trabalhador não tem direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

c) O valor da hora trabalhada não poderá ser inferior ao salário mínimo por hora, mas poderá ser inferior à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função.

d) O empregado deverá ser convocado com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

e) No período de inatividade, o empregado não pode prestar serviços a outros contratantes.

47 - Considerando a legislação trabalhista vigente, sobre a terceirização de serviços podemos afirmar que:

a) A empresa prestadora de serviços não pode ser empresário individual.

b) É permitido à empresa contratante (tomadora) a utilização dos trabalhadores terceirizados em atividades distintas daquelas que foram objeto do contrato com a empresa prestadora de serviços.

c) Admite-se a terceirização de forma ampla, ou seja, de quaisquer das atividades da contratante (tomadora), inclusive de sua atividade



de principal.

d) Os serviços contratados só podem ser executados nas instalações físicas da empresa contratante.

e) A empresa contratante (tomadora) é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

48 - A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos e rurais, os seguintes direitos, exceto:

a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

b) A equiparação salarial dos trabalhadores que estejam desempenhando as mesmas tarefas.

c) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.

d) fundo de garantia do tempo de serviço.

e) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

49 - Os prazos processuais na justiça do trabalho são computados da seguinte maneira:

a) Se a intimação for por edital, o termo a quo é a data da ciência do interessado. b) os prazos começam a correr no primeiro dia após a intimação, ainda que não seja dia útil.

c) Os prazos não podem ser prorrogados.

d) Os prazos são contados em dias úteis,

com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento

e) Os prazos são contínuos, sendo computados os finais de semana e feriados.

50- Da decisão que nega seguimento ao recurso de revista caberá:

a) Mandado de segurança

b) Recurso inominado

c) Agravo de Instrumento

d) Embargos

e) Recurso Ordinário



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

2019

FOLHA DE RESPOSTAS

Nome do Candidato: _____

Assinatura: _____

Número de Inscrição: _____

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E